

MARCUS VINÍCIUS MARTINS QUARESMA

A CRÍTICA DE GADAMER AO PRESSUPOSTO DE
SCHLEIERMACHER DE RECUPERAÇÃO DA INTENÇÃO DO AUTOR

Monografia Filosófica do curso de graduação em
Filosofia da Universidade de Brasília – UnB.

Gerson Brea
Orientador

BRASÍLIA-DF
2012

RESUMO

Schleiermacher dá à hermenêutica um caráter universal, aplicando-a não só a textos escritos ou em língua estrangeira, mas a todo e qualquer pensamento expresso por meio de palavras. Um de seus objetivos é dotar a Hermenêutica de um método a ser seguido pelo intérprete para recuperar com precisão aquele pensamento original do autor. Um desses métodos é o que ele chama de divinatório e se baseia na familiaridade do intérprete com o autor do texto. Justamente essa familiaridade é que permitirá ao intérprete uma certeza do pensamento do autor, permitindo, até mesmo, que o intérprete compreenda o texto melhor que seu próprio autor. Já Gadamer irá elaborar uma nova teoria hermenêutica, dando sequência aos pensamentos desenvolvidos por Heidegger. Um dos fundamentos de sua teoria é a relevância dos preconceitos — entendidos como (pré)conceitos ou (pré)juízos — para o processo de compreensão. O intérprete se vale não apenas dos meros conceitos que domina, mas também daquilo que ele tem por verdadeiro, os seus (pré)juízos, contrapondo-os com o que diz o texto. Assume relevância, então, para o intérprete, a pretensão de verdade do próprio texto, independentemente da intenção original de seu autor. O procedimento hermenêutico, assim, se transforma completamente. De uma relação entre intérprete e autor, mediada pela expressão do pensamento em palavras — segundo Schleiermacher — passamos a ter uma relação entre intérprete e texto mediada pelos seus preconceitos. Essa crítica de Gadamer à Schleiermacher é procedente, na medida em que explicita a distinção entre pensamento e sua exposição textual. Em primeiro lugar porque nos parece ser impossível a confirmação de que o pensamento de uma pessoa está completamente aberto à compreensão, como se fosse possível uma conexão entre as consciências do intérprete e do autor. Em segundo lugar porque, estando clara a diferença entre “querer dizer” e “dizer”, parece-nos que a compreensão se dá sempre a partir do dito e do expresso, e nunca a partir do intencionado.

Palavras chaves: Schleiermacher. Gadamer. Hermenêutica.

ABSTRACT

Schleiermacher gives hermeneutics a universal character, applying it not only to written texts or in a foreign language texts, but to any thought expressed in words. One of his goals is to provide hermeneutics with a method to be followed by the interpreter to accurately recover the original thought of the author. One such method is what he calls divination and is based on the interpreter's familiarity with the author of the text. It is precisely this familiarity that will allow the interpreter to a certainty of the author's thinking, allowing even the interpreter to understand the text better than its author does. Gadamer will develop a new hermeneutic theory, giving rise to thoughts developed by Heidegger. One of the grounds of his theory is the relevance of prejudices — understood as (pre)judgments — in the process of understanding. The interpreter makes use of the concepts that he has and also of what he assume it is true, opposing it with the text. It is relevant, then, to the interpreter, the claim to truth of the text itself, regardless of original intent of its author. The hermeneutic procedure thus changes completely. From a relationship between interpreter and author, mediated by the text — according to Schleiermacher —, we have a relationship between interpreter and text itself, mediated by prejudice. This criticism is well founded. In the first place because it seems impossible to confirm that the thought of a person is completely open to understanding, as if it was possible a connection between the conscience of the interpreter and the author of the text. Secondly, because, being a clear difference between "mean" and "say", it seems that understanding always occurs from said and expressed, and never from the intended.

Keywords: Schleiermacher. Gadamer. Hermeneutics.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Motivações de Schleiermacher.....	6
Conhecimento necessário.....	8
A intenção do autor.....	10
Métodos comparativo e divinatório.....	14
Princípio “Todo versus Partes”.....	16
Gadamer e a relevância dos preconceitos.....	20
A crítica de Gadamer à tentativa de descoberta da intenção do autor.....	23
Conclusão.....	30
Referências bibliográficas.....	31

INTRODUÇÃO

A Hermenêutica é uma disciplina que vem se desenvolvendo significativamente nos últimos séculos. De mera disciplina destinada a colaborar para a correta interpretação de um texto, a Hermenêutica vem ampliando cada vez mais seu âmbito de aplicação. Não apenas, portanto, a questão: Como compreender um texto? Mas também: Como compreender um texto em língua estrangeira? Como compreender um texto escrito em época remota? Como compreender uma obra de arte? Como compreender os fatos históricos? Como compreender as ações e motivações de outras pessoas? Como compreender o mundo que nos cerca?

A importância da Hermenêutica se mostra também neste natural processo de desenvolvimento do nosso país. De uma época em que o poder era exercido acima de qualquer norma, viemos progressivamente caminhando para uma estruturação cada vez mais intensa das normas que regem nosso fazer cotidiano: desde a Constituição Federal até os estatutos dos Centros Acadêmicos, vemos nossas vidas reguladas por normas escritas.

Na Filosofia — principalmente nela — a relevância da teoria hermenêutica se mostra sob vários aspectos: por seu próprio caráter filosófico; pelo papel que a compreensão tem na argumentação e contra-argumentação; pela perenidade dos textos clássicos; etc.

O presente trabalho nasceu de um interesse genérico pela Hermenêutica motivado pelo que se acaba de expor resumidamente. Deste interesse genérico, fez-se uma restrição a dois autores de grande influência para a Hermenêutica: Schleiermacher e Gadamer. Desta restrição, procuramos focar as críticas feitas por Gadamer à teoria hermenêutica de Schleiermacher. Deste foco resultou a presente monografia, que tem por tema uma única dessas críticas. E ao fazê-lo, expomos também alguns dos fundamentos teóricos de cada um desses autores, fundamentos que nos parecem necessários à compreensão dessa crítica.

Dedicamo-nos ao estudo da tradução dos manuscritos elaborados por Schleiermacher para seus cursos sobre hermenêutica proferidos no período de 1805 a 1833, e ao estudo da principal obra de Gadamer, *Verdade e método*.

MOTIVAÇÕES DE SCHLEIERMACHER

Schleiermacher¹ inicia sua preleção de 1829 relatando a dificuldade que enfrentou em encontrar material que expunha “de forma adequada e científica” esta disciplina “Interpretação”; material que mostrasse as “razões de ser” de todo o processo de compreensão; que a expusesse “como metodologia”. O que encontrou não passava de um conjunto de “comentários esclarecedores”, “observações e informações instrutivas”, que faziam a disciplina de seu interesse se parecer mais a uma arte do que a um método segundo regras (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 26).

Schleiermacher percebe ainda que o estudo da disciplina estava fortemente concentrado em duas grandes áreas, segundo a natureza do texto a ser interpretado: os textos da antiguidade clássica e os textos das sagradas escrituras. A estas duas grandes áreas, Schleiermacher acrescenta, também, uma terceira, a *Hermenêutica Jurídica*, porém dando a esta uma relevância muito menor — talvez até nenhuma relevância, pois não a considera “completamente a mesma coisa” — já que restringe seu objetivo (da *Hermenêutica Jurídica*) à determinação da amplitude de aplicação da lei, determinação que dependeria mais dos princípios gerais do próprio Direito do que da precisa compreensão do texto da lei (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 29).

Desta fragmentação da disciplina — seja em duas ou três grandes áreas —, Schleiermacher chega à relevante conclusão de que o seu núcleo não pode estar em nenhuma área particular, mas que deve haver um solo comum a todas elas; que essas áreas nada mais seriam do que âmbitos de aplicação de princípios gerais que se prestam a uma correta compreensão do texto.

Se esta arte é uma coisa para a teologia cristã e a mesma coisa para a ciência clássica da Antiguidade, então, nem uma nem a outra constitui a sua essência, mas esta é qualquer coisa maior, da qual estas são apenas derivações. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 29).

Schleiermacher mostra-se, portanto, dando início a uma nova abordagem desta disciplina, que até aqui se apresenta com duas características básicas: Primeiramente, que a disciplina “Interpretação” fosse estudada e caracterizada tecnicamente, como ciência, e sem

1 Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher (1768-1834) foi teólogo, filólogo e filósofo.

dependência de habilidades “artísticas” do intérprete. Em segundo lugar, que ela fosse universal com respeito ao objeto — entendendo-se por isso a aplicação das mesmas normas (sejam regras ou princípios) a textos que se refiram a quaisquer temas (religiosos, clássicos, jurídicos, etc).

E Schleiermacher alarga ainda mais a aplicação da hermenêutica. Contrariamente a Wolf², para quem a aplicação da hermenêutica estava restrita aos textos escritos, e também contrariamente a Ast³, para quem a restrição se referia aos textos em língua estrangeira, Schleiermacher reivindica a aplicação da hermenêutica a todo e qualquer “pensamento” que esteja expresso em palavras.

[...] quero reivindicar para ela este domínio em sua totalidade e dizer que, em todo lugar onde houver qualquer coisa de estranho, na expressão do pensamento pelo discurso, para um ouvinte, há ali um problema que apenas pode se resolver com a ajuda de nossa teoria [...]. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 31).

Percebe-se, aqui, uma brutal ampliação do âmbito de aplicação da hermenêutica. Não se trataria mais de interpretar textos escritos em outras épocas e/ou em outras línguas, mas de interpretar “encadeamento de pensamentos através de palavras” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 33). Podemos dizer que a Hermenêutica deixaria de estar restrita às universidades e academias, deixaria de ter sua aplicação prescrita apenas aos “intelectuais”, mas passaria a ter uma aplicação universal a toda forma de transmissão de pensamentos.

[...] existe para cada um o estranho nos pensamentos e expressões de um outro, e isto nas duas exposições, a oral e a escrita. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 33).

Temos, portanto, no pensamento de Schleiermacher, um duplo aspecto da universalidade de aplicação da hermenêutica. Por um lado, temos uma **universalidade material**: aplicação das mesmas normas (regras ou princípios) a textos que se refiram a quaisquer temas; quaisquer matérias. Por outro lado, temos uma **universalidade formal**: aplicação das mesmas normas a textos expressos de que forma for (oralmente, por escrito, etc).

2 Friedrich August Wolf (1759-1824), filólogo alemão.

3 Georg Anton Friedrich Ast (1778-1841), filósofo e filólogo alemão.

CONHECIMENTO NECESSÁRIO

Estabelecido o âmbito universal de aplicação da hermenêutica em seu duplo aspecto (material e formal), Schleiermacher passa a uma análise sobre a eficácia — ou precisão — dos resultados de um procedimento hermenêutico⁴. Qualquer que seja a matéria e/ou a forma, será que se poderia afirmar que um procedimento hermenêutico adequado leva sempre a um único resultado? Um resultado a ser caracterizado como “correto” ou “necessário”? Atente-se: seja o que for que venha a ser estabelecido como técnicas de interpretação, estamos nos referindo a aplicação correta e adequada dessas técnicas mesmas.

Schleiermacher trata brevemente desse tema, assumindo — ao que nos parece — uma posição intermediária: haveria casos em que o resultado de um procedimento hermenêutico seria preciso; outros casos, porém, em que haveria uma dubiedade.

Em muitos casos, pode-se certamente provar que uma palavra não pode ter senão um significado bem determinado em um dado contexto [...]. Mas quantos outros casos há [...] onde não resta lugar para uma evidência necessária, justamente porque é provável, a partir de um dos pontos de apoio, uma coisa diferente daquilo que o é a partir de um outro. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 35).

Vê-se, entretanto, que se fala em prova/demonstração (“é provável”; é demonstrável). Podemos, então, fazer uma sutil distinção. De um lado, tachar como inadequado aquele procedimento hermenêutico que não elimina a possibilidade de outras interpretações. De outro lado, aceitar como igualmente corretos e adequados aqueles procedimentos hermenêuticos específicos, ainda que levem a resultados distintos de interpretação. Dito de outra forma: uma coisa é julgar a correção/adequação de procedimentos hermenêuticos tomando única e exclusivamente como critério deste juízo os procedimentos mesmos (a técnica; o método), independentemente de seu/s resultado/s; e outra coisa é julgar essa correção/adequação tomando os resultados como critério (ali onde **não** houver um resultado único; ali uma inadequação). Em síntese, trata-se da oposição expressa pelas frases “onde há multiplicidade, há dúvida” e “é possível correção/adequação, ainda que na multiplicidade”⁵.

4 Trata-se da tese de F. A. Wolf “segundo a qual os pensamentos do autor devem se descobertos com um conhecimento necessário”. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 34-35, grifei).

5 Não se nos oponha, aqui, o argumento de que há várias técnicas de interpretação e que cada uma delas poderia levar a um resultado distinto (embora único, em função da técnica utilizada). Tratemos o conjunto de técnicas de interpretação como o instrumental posto à nossa disposição para uma operação hermenêutica. E vejamos se a utilização deste instrumental nos leva sempre a um único resultado ou não.

A posição intermediária de Schleiermacher quanto a essa questão se inicia com seu reconhecimento de que a tese do conhecimento necessário não lhe parece excessiva; de que não se trata de um exagero “para um grande número de casos” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 35). E ele chega mesmo a refutar categoricamente a tese do conhecimento necessário quando possibilidades distintas de interpretação ainda subsistem.

[...] enquanto uma única de tais possibilidades não estiver completamente descartada, não se pode falar de conhecimento necessário. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 35).

Schleiermacher soluciona a questão por uma via curiosa. Em vez de seguir explorando o campo do conhecimento necessário, ele se transfere para um novo campo: o da “certeza”; o da “convicção pessoal”. Não mais se trata de provar/demonstrar, mas de o intérprete estar convicto.

Nas coisas desse tipo, contudo, a convicção pessoal pode ser muito firme e também se comunicar facilmente aos companheiros de mesma opinião e procedimento; mas, procurar-se-ia em vão impor a isto a forma de uma demonstração. [...] Trata-se de um tipo de certeza inteiramente diferente, também [...] mais divinatória, que surge quando o intérprete penetra tanto quanto possível na inteira disposição do escritor [...]. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 35-36).

Vemos, aqui, uma tentativa de conjugação. Por um lado, Schleiermacher admite que não se pode falar em conhecimento necessário em todos os casos; portanto, que há casos em que é possível mais de uma interpretação. Por outro lado, porém, parece-nos incomodar a Schleiermacher essa relatividade; essa possibilidade de se manter mais de uma interpretação como igualmente correta e adequada. Quer-se a unidade de resultado, mas sem a qualidade de “necessidade demonstrativa”. Deve haver uma única possibilidade de interpretação, ainda que ela não decorra “demonstrativamente” ou “necessariamente” da adequada aplicação de técnicas de interpretação.

[...] se uma passagem é tomada alegoricamente, então, o sentido alegórico é também o sentido único e simples da passagem, pois ela não tem nenhum outro; [...] em uma interpretação correta, todos os motivos devem confluir para um e mesmo resultado. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 63).

Dessa tentativa de conjugação, então, é que resulta a tese da “certeza divinatória”. Não se trata de conhecimento necessário; mas também não de uma multiplicidade de possibilidades de interpretação. Tratar-se-ia, antes, de uma única possibilidade de interpretação, mas que decorreria de uma “certeza” do intérprete; certeza, entretanto, que surgiria somente quando se “penetra [...] na inteira disposição do escritor”.

A INTENÇÃO DO AUTOR

A conjugação tentada por Schleiermacher — conjugação entre a impossibilidade de demonstração com a unidade de resultado — talvez seja motivada pelo fato de a tese do conhecimento necessário se vincular “aos pensamentos do autor”. É que embora possamos admitir uma multiplicidade de possibilidades corretas de interpretação de um texto, não há dúvidas de que em relação ao pensamento do autor, este só pode ser um só. O passo entre a unidade de pensamento e a multiplicidade de possibilidades de interpretação só ocorreria, então, com a passagem do **pensamento** para a sua **expressão textual**.

A busca pela intenção do autor não é tematizada por Schleiermacher em uma seção específica do texto, mas aparece como uma pressuposição óbvia decorrente da sua própria caracterização da Hermenêutica como disciplina destinada a solucionar o que há de estranho na “expressão do pensamento pelo discurso” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 31).

A principal tarefa da interpretação gramatical é, então, conforme o pressuposto conhecimento do significado, encontrar para cada caso dado o verdadeiro uso que o autor tinha em mente, evitando tanto os falsos como também o muito e o pouco. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 79, grifei).

Ora, se o discurso é tão vinculado assim ao **pensamento** do seu autor, então a compreensão do discurso deve necessariamente ter como finalidade aquele mesmo pensamento. Esta a razão pela qual Schleiermacher nunca vê o texto como um objeto autônomo, independentemente do seu autor. O texto sempre seria a **expressão textual** de um pensamento e teria por objetivo a transmissão desse pensamento. E se há algo de estranho no texto a impedir a instantânea (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 41) apreensão do pensamento que ele expressa, então a tarefa da hermenêutica seria superar esse obstáculo e, de alguma forma e com algum esforço, recompor aquele o pensamento do qual o texto é uma mera expressão.

Pois bem, se admitimos, aqui, essa oposição entre **pensamento** e **expressão textual** na teoria de Schleiermacher, compreendemos melhor a relevância daquilo a que ele se refere com o termo “lado”.

[...] o lado mais gramatical, que visa à compreensão do discurso, partindo da totalidade da língua, e o lado mais psicológico da interpretação, que visa à

compreensão do discurso como um ato da produção contínua de ideias [...]. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 41-42, grifei).

Não há muita dificuldade em se compreender o que Schleiermacher chama de lado gramatical: trata-se da compreensão que parte do significado das palavras, das regras da gramática, enfim, da própria língua estabelecida. Característico do pensamento de Schleiermacher, entretanto, é a importância que ele dá ao lado psicológico: trata-se da compreensão que parte das características pessoais do autor e de seu processo intelectual de formação das ideias; do modo como aquelas ideias surgem e como se dá a relação entre elas. Os dois lados devem ser considerados nesta recomposição do pensamento do autor; os dois lados “apontam” para este pensamento. O lado gramatical restringe-se, porém, ao que aqui estamos chamando de “expressão textual”. Trata-se de tudo o que é **intrínseco** ao texto, com independência do pensamento do autor. O lado psicológico, todavia, tomará em consideração outros elementos que não essa expressão textual. Trata-se, portanto, de tudo o que é **extrínseco** ao texto, mas que pode (ou deve) ser considerado num procedimento hermenêutico.

Tomemos, por exemplo, a habilidade na composição de textos. Sustenta Schleiermacher que, para a compreensão que considera esse lado psicológico, é “quase indispensável” possuir a habilidade em produzir textos, na medida em que o intérprete, já acostumado com as dificuldades de articulação das ideias na sua própria atividade produtiva, poderá identificar essas mesmas dificuldades na atividade produtiva do autor interpretado. E tendo-as identificado, o intérprete poderia recompor a trilha seguida pelo autor para a solução dessas dificuldades, solução que teria por resultado o texto expresso, o texto que está sendo objeto de interpretação (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 52-53). Portanto, um intérprete habilidoso na composição de textos estaria em melhores condições para concretizar um procedimento hermenêutico do que outro intérprete que não tivesse essa habilidade.

Outro elemento importante para a consideração desse lado psicológico é a familiaridade que o intérprete tem com o autor interpretado. Uma das primeiras referências de Schleiermacher a essa questão se dá em sua argumentação de que a hermenêutica deve ser aplicada também às exposições orais. A presença física do interlocutor, sua postura, sua entonação de voz, todos esses elementos, embora não relacionados estritamente com a

linguagem, influenciam na interpretação do que é expresso verbalmente (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 34). Também a personalidade do interlocutor afeta a interpretação do que é expresso por ele e Schleiermacher corrobora este entendimento com o exemplo da maior facilidade que temos para compreender nossos “amigos mais próximo” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 36). Com este exemplo, Schleiermacher acena com a tese da cogenialidade, embora não utilize esse termo⁶. O elemento que une duas pessoas numa relação de amizade pode estar presente também entre intérprete e autor. Assim, esse mesmo elemento que facilita a compreensão do que é dito por nossos amigos mais próximos poderia facilitar, também, a compreensão do que foi escrito por autores com os quais não mantivemos nenhuma relação pessoal, mas por quem nutrimos um sentimento similar ao da amizade. Não se trata, entretanto, de um mero sentimento unilateral do intérprete — uma questão de gosto; ou autores que mais agradam ao intérprete. Trata-se, antes, de uma afinidade de *gênios* a unir autor e intérprete, afinidade que facilitaria aquele processo de reconstrução intelectual das ideias do autor.

Todos esses elementos compõem isso que Schleiermacher chama de “lado psicológico”. A interpretação de uma expressão verbal (falada ou escrita) não pode se prender apenas ao texto; apenas às palavras e ao seu encadeamento; ao “exame solitário de um texto”. É preciso considerar que o texto expresso é um “momento da vida que irrompe”, um ato do interlocutor conectado com muitos outros atos de sua vida, e, portanto, sujeito à interferência das situações em que ele se encontra ou até das que já se encontrou (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 34).

[...] aquele que quer espreitar um escritor, de qualquer gênero, em sua composição e para esse fim torna tanto quanto possível presente todo o seu modo de ser, para ter uma visão viva mesmo dos momentos de entusiasmo e de concepção que interrompem o curso normal da vida, ao modo de inspirações superiores, também irá desejar ter uma visão viva de tudo o que se refere de alguma maneira ao processo de invenção, nos detalhes e até mesmo das ideias acessórias indiferentes à ideia do conjunto, e apreciar corretamente de que maneira se relaciona nele toda a empresa da composição à totalidade de sua existência ou, também, considerada nela mesma, como se desenvolve enquanto qualquer coisa original que representa uma personalidade definida [...] (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 55, grifei).

A busca pelo pensamento do autor chega ao extremo de se tentar compreendê-lo “tão bem e melhor” do que ele mesmo se compreendeu (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 69),

6 No texto analisado.

possibilidade que já tinha sido mencionada anteriormente por Kant, na *Crítica da Razão Pura*⁷. O intérprete, com os elementos colhidos do próprio texto (lado gramatical) e com aqueles outros referentes ao lado psicológico, teria condições não só de apreender o pensamento do autor, mas também de clareá-los, caso eles tenham se apresentado de forma confusa. Essa pretensão, embora ousada, está de acordo com as bases do pensamento de Schleiermacher no que se refere à hermenêutica. Se aceitamos que de fato se trata de apreender o **pensamento** do autor de determinada **expressão textual**, então seria possível sim o intérprete apreender este **pensamento** de uma forma mais clara do que a que foi expressa textualmente: o intérprete seria, portanto, capaz de tomar aquele mesmo pensamento (que é originariamente do autor) e fazer uma melhor exposição textual dele. Precisaríamos, entretanto, distinguir entre uma melhor exposição de um mesmo pensamento e a produção de um outro pensamento, no intérprete, a partir do texto interpretado. Mas será que o objetivo da hermenêutica é sempre — em todos os casos — recuperar o pensamento do autor?

Outra confirmação, embora não explícita, de que a busca pela intenção do autor é pressuposto como objetivo da hermenêutica é a afirmação de que os leitores que viveram na mesma época em que viveu o autor teriam (esses leitores) melhores condições de realizar uma correta interpretação.

E nós não devemos obviamente contestar que [...] e que nós devemos conceder aos leitores de então uma compreensão que nós apenas podemos invejar, porque nos falta o material necessário. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 58).

Essa afirmação se baseia no fato de que os leitores contemporâneos compartilhavam com o autor as mesmas práticas linguísticas e gramaticais (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 70) e, por isso, para eles seria mais fácil a atividade hermenêutica, em função de uma familiaridade com o autor decorrente da própria contemporaneidade. Ora, mas essa tese somente se justifica se de fato o objetivo da hermenêutica é encontrar o correto pensamento do autor. Caso contrário, nenhuma vantagem especial haveria para os leitores contemporâneos a ele.

⁷ “Observo apenas que não raro acontece, tanto na conversa corrente, como em escritos, compreender-se um autor, pelo confronto dos pensamentos que expressou sobre o seu objeto, melhor do que ele mesmo se entendeu, isto porque não determinou suficientemente o seu conceito e, assim, por vezes, falou ou até pensou contra a sua própria intenção.” (KANT, 2008, p. 309 A314; B370).

MÉTODOS COMPARATIVO E DIVINATÓRIO

Tendo abandonado a tese do conhecimento necessário e introduzido aquele novo elemento da “certeza divinatória”, estreitamente relacionada à convicção pessoal do intérprete, Schleiermacher sugere uma “divisão” da prática de interpretação. Um grupo de intérpretes estaria dedicado ao estudo da língua e da gramática; outro grupo dedicar-se-ia ao estudo do autor, cumprindo, assim, aquela tarefa de penetrar “na inteira disposição do escritor”.

Poder-se-ia ser tentado a pretender que toda prática interpretativa devesse ser dividida, de tal maneira que uma categoria de intérpretes, mais orientada para a língua e a história que para as pessoas, examinasse de maneira igual todos os escritores de uma língua, mesmo se alguns deles se impusessem mais em uma zona e outros em uma outra; mas outra categoria, mais orientada pela observação das pessoas e considerando a língua apenas como meio pelo qual aquelas se expressam, a história apenas como modalidades sob as quais elas existem, cada um se limitando unicamente aos autores que mais voluntariamente se abrissem a ele. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 36-37).

Essa sugestão de divisão dos intérpretes em categorias, todavia, logo se transforma em uma divisão de procedimentos ou métodos: o **comparativo** e o **divinatório**. A intuição inicial exposta por Schleiermacher era a de que o grupo de intérpretes mais voltados para os aspectos da língua e da gramática acabaria por se dedicar ao estudo de uma variedade de obras, analisando as peculiaridades gramaticais presentes em cada uma delas, e executando, essencialmente, uma atividade de comparação. Por outro lado, ao grupo de intérpretes mais voltados para as características pessoais de cada autor restaria a atividade de adivinhar o sentido correto do texto com base na familiaridade deles, intérpretes, com este, o autor (cogencialidade). À primeira vista, portanto, o método comparativo seria aquele específico do lado gramatical, enquanto o método divinatório seria o mais apropriado para o lado psicológico (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 42).

Schleiermacher percebe, porém, que essas atividades (comparação e adivinhação) não são exclusivas de cada um dos lados (gramatical e psicológico). Considerando que a língua é dinâmica e evolui com o tempo, as formas linguísticas sofrem constantes transformações: palavras surgem e outras deixam de ser utilizadas; o sentido das palavras se altera; regras sintáticas se transformam; etc. Ao intérprete que se dedicasse aos aspectos gramaticais caberia identificar esses momentos em que ocorrem as transformações. E na

primeira ocorrência de uma nova forma linguística — v.g., no primeiro uso de um novo sentido de uma palavra —, não haveria como realizar uma atividade de comparação com uma outra ocorrência, justamente porque se trata do primeiro caso. Aqui, portanto, o intérprete deveria se valer de suas experiências e habilidades — de composição de textos, por exemplo (cf. p. 11) — para “adivinhar” o sentido deste novo uso. Tratar-se-ia, então, de uma aplicação do método divinatório no lado gramatical. Paralelamente, no lado psicológico, em que se busca recompor a trilha intelectual de formação das ideias do autor, essa recomposição não poderia se dar a não ser com base no que se conhece dos traços da personalidade do autor e dos aspectos da sua vida particular, por exemplo. Como uma obra de juventude está relacionada com a situação do autor naquele momento de sua vida? E como uma obra tardia se vincula ao procedimento natural de amadurecimento ao longo da vida? Que influência aquela obra da juventude teve no processo de formação das ideias que foram expostas na obra tardia? Todas essas questões, que sem dúvida referem-se ao lado psicológico, não podem ser respondidas sem algum procedimento de comparação entre as obras e as situações da vida do autor. Trata-se, portanto, de uma aplicação do método comparativo no lado psicológico (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 39-41).

Os métodos comparativo e divinatório, entretanto, não são completamente independentes um do outro. Há uma imbricação recíproca, na medida em que a aplicação de um método interfere na aplicação do outro. Não se pode partir para o método divinatório, sem antes uma aplicação do método comparativo ao próprio texto; sem antes tentarmos retirar do texto um sentido proveniente das próprias palavras, que nada mais é do que a aplicação do método comparativo. Porém, na própria aplicação do método comparativo já interfere o método divinatório, na medida em que o sentido que provem das palavras não é isento do conhecimento que se tem sobre o autor delas. Vê-se, então, que esses dois métodos não são autônomos, não estando ao arbítrio do intérprete a escolha sobre a utilização exclusiva de um ou de outro. Os dois métodos são simultâneos, embora possam variar de intensidade — aqui, sim, de forma independente — em função do conhecimento que o intérprete tem do autor do texto e da língua em que foi escrito.

Verdade é que, como quase em toda parte, aqui também o procedimento divinatório e o procedimento comparativo estão contrapostos, mas aquele não pode ser substituído por este. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 40).

PRINCÍPIO “TODO *VERSUS* PARTES”

Schleiermacher apresenta como um princípio hermenêutico já conhecido⁸ aquele segundo o qual a interpretação do todo depende da interpretação das partes que o compõem, mas que também a interpretação das partes depende do todo em que estão inseridas. Por exemplo, tomemos uma palavra com múltiplos significados: sua correta interpretação dependerá da frase em que está inserida. Também o sentido de uma frase isolada dependerá do parágrafo que a contém. E o mesmo vale para o parágrafo inteiro. E não se para por aí. Até mesmo uma obra completa e acabada sempre está inserida em um contexto ainda maior: o gênero literário, a época em que foi composta, etc. Portanto, não é só a compreensão do todo que depende da compreensão de suas partes isoladamente, mas também a precisa interpretação de uma parte isolada depende já de uma prévia compreensão do todo (ou do contexto) em que está inserida. Schleiermacher chega até a indicar como útil o hábito de se folhear um livro antes de se iniciar sua leitura, como forma de se alcançar essa compreensão preliminar do todo (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 50).

Schleiermacher destaca, ainda, que determinada obra de um autor é uma singularidade em um duplo aspecto. Considerada sob o ponto de vista de seu gênero — chamarei de **plano literário** —, ela (a obra) é uma entre outras de mesmo gênero, porém de outros autores. Sob o ponto de vista de sua autoria — **plano autoral** —, entretanto, a obra é apenas uma dentre as várias produzidas por seu autor (SCHLEIERMACHER, 2001, p. 53). Portanto, a influência do princípio hermenêutico que articula o todo com suas partes também se dá sob esse duplo aspecto. Não é só a prévia compreensão do gênero literário que caracteriza determinada obra que influenciará a sua interpretação. Também a prévia compreensão do conjunto de tudo que foi produzido por aquele autor exercerá a mesma influência⁹.

Lembremo-nos da intuição de Schleiermacher em dividir em categorias os intérpretes: uns mais familiarizados com a língua; outros mais familiarizados com o autor.

8 Princípio hermenêutico cujo achado Schleiermacher atribui a Ast (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 46).

9 Gadamer caracteriza esse fato como a aplicação do princípio “*Todo versus Partes*” à compreensão psicológica (GADAMER, 2008, p. 261 [194]).

Essa divisão adere perfeitamente à distinção entre os planos literário e autoral. E Schleiermacher destaca essa aderência.

Eu atribuo, com efeito, ao intérprete linguístico toda a tarefa de apreender a obra particular na sua conexão com as análogas da mesma literatura. [...] Ao contrário, aquele que quer espreitar um escritor, [...] para este naturalmente todas aquelas relações devem retrair-se para o segundo plano. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 55).

Mas se aquela intuição de divisão dos intérpretes resultou na concepção dos métodos comparativo e divinatório; e se também foi assentada a complementaridade desses dois métodos — em oposição a aplicação isolada de apenas um deles —; então não se trata propriamente de atribuir exclusividade de um dos métodos a determinado plano. Ambos os métodos — pela impossibilidade mesmo de sua aplicação isolada — serão utilizados tanto no plano literário quanto no plano autoral. A distinção passa a ser apenas de predomínio ou grau. No plano literário predominará mais o método comparativo, enquanto que no plano autoral predominará o método divinatório (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 58).

Uma das consequências desse princípio “*Todo versus Partes*” é a provisoriedade de toda compreensão. Na medida em que a compreensão do todo depende da compreensão das partes e a compreensão das partes depende da compreensão do todo, então não se pode afirmar que haja uma conclusão deste processo; um momento em que se poderia dizer exaurida a atividade hermenêutica. Poderíamos, entretanto, imaginar que o avanço da compreensão se dá em passos cada vez menores, à medida em que o todo e as partes se articulam reciprocamente.

Mesmo após esta repetida apreensão, toda compreensão sob esta visada superior, permanece somente provisória, e cada coisa nos aparecerá sob uma luz inteiramente distinta quando nós retornamos à obra particular após ter percorrido todo o domínio de composição que lhe é aparentado e, do mesmo modo, após ter conhecido outras obras do autor, mesmo de gênero diferente, e, na medida do possível, a sua vida inteira. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 53-54).

Mas Schleiermacher expõe essa questão da provisoriedade de forma aparentemente contraditória¹⁰. Em muitos pontos do texto ele reafirma essa provisoriedade¹¹.

¹⁰ Gadamer também destaca essa aparente contradição (GADAMER, 2008, p. 262 [194]).

¹¹ “[...] esta empreitada da compreensão e da interpretação é, ao contrário, um todo continuamente se desenvolvendo pouco a pouco [...]” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 45). “[...] a incompreensão não se dissipará nunca inteiramente.” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 46). “[...] a compreensão gradual, de cada particular e das partes do todo que se organiza a partir delas, sempre é apenas provisória;” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 49). “[...] toda primeira apreensão é apenas provisória e incompleta [...]” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 51). “[...] cada solução do problema sempre nos aparece como uma

Todavia ele também se refere recorrentemente a uma completude do ato de compreensão. Tomemos como exemplo o trecho que acabamos de citar, em que Schleiermacher argumenta em favor da provisoriedade da compreensão. Expõe-se, ali, que o texto interpretado aparecerá, a cada vez, sob uma luz distinta — mais do que isso: sob uma luz inteiramente distinta —, sempre que retornarmos a ele (ao texto) após ter percorrido (lido) o conjunto das obras que lhe são aparentadas. Não se trata de vincular a correta compreensão do texto ao conhecimento das outras obras, mas de compreendê-la diferentemente sempre e a cada vez que se conclui o ciclo (leitura do texto ↔ leitura das obras). Mas se é assim, como Schleiermacher pode, no parágrafo imediatamente seguinte, falar em “compreensão completa”?

[...] a **compreensão completa** permanece sempre condicionada pelos esforços de ambos [“intérprete linguístico” e “aquele que quer espreitar um escritor”], e não pode estar em nenhum intérprete particular que permanece inteiramente de um lado, a ponto de que nele falte a sensibilidade para o que acontece no outro lado. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 55, grifei).

E não se trata de um trecho isolado. Há outras partes do texto que expõem a possibilidade dessa completude de um procedimento hermenêutico¹². Como se poderia solucionar essa aparente contradição? Poder-se-ia argumentar que Schleiermacher restringe à aplicação da hermenêutica àqueles casos em que há algo de estranho na expressão do pensamento pelo discurso (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 31). A provisoriedade estaria relacionada à manutenção desse algo de estranho. Enquanto houvesse algo de estranho no discurso, então a compreensão seria provisória. A cada vez, porém, se compreenderia melhor e reduziríamos esse algo de estranho. Até que a compreensão estaria completa e nada mais de estranho subsistiria. O seguinte trecho poderia ser utilizado para fundamentar essa tentativa de solução da contradição:

[...] onde nós não encontramos nada de estranho e a compreensão se compreende por si mesma, isto é, onde em geral não ocorre nenhuma operação hermenêutica com consciência determinada. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 51-52).

Mas a contradição subsiste. Ou bem a compreensão se dá apenas ali onde não há nada de estranho: neste caso não se pode falar de compreensão provisória, mas parcial ou

aproximação.” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 52).

12 “[...] compreender tudo também imediatamente [...]” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 41). “[...] de sorte que em toda compreensão completa ambos [os métodos] deverão igualmente estar completos [...]” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 42). “[...] até que surja uma satisfação tão semelhante quanto possível à da compreensão imediata.” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 43). “[...] podemos considerar a compreensão imediata e instantânea como realizada de um ou de outro modo [...]” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 43-44). “[...] até que no final então cada particular como que recebe de um golpe sua plena luz e se apresenta com contornos puros e determinados.” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 49).

incompleta, justamente porque há algo de estranho que permanece. Ou bem consideramos possível a compreensão, ainda que com presença de algo estranho: neste caso devemos aceitar como completa e acabada a compreensão que ocorre a cada momento, afastando-se definitivamente a possibilidade de uma completude ulterior. Essa tentativa de solução apresenta, ainda, uma outra dificuldade. Ou bem admitimos que sempre há algo de estranho no discurso, como faz Schleiermacher (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 33), e, portanto, a hermenêutica se aplica a todos os casos de apreensão do **pensamento** pela **expressão textual**, ou bem teremos que admitir que existem discursos em que não há nada de estranho e que refletem cristalinamente o pensamento do autor. A presença do estranho no discurso, portanto, não pode servir como critério para o juízo de completude ou provisoriedade da compreensão.

Uma outra tentativa de se afastar essa contradição poderia se dar pela tese da “certeza divinatória” (cf. p. 9). A compreensão não se daria pelo “conhecimento necessário” do pensamento do autor, mas por aquele tipo diferente de certeza, uma certeza mais divinatória, que surge da familiaridade dos interlocutores. A compreensão se daria com o surgimento desta certeza no intérprete. Mas pela sua própria natureza — não se trata de “conhecimento necessário” —, essa certeza poderia evoluir de alguma forma e se transformar, consolidando-se e adaptando-se em função da própria familiaridade com o autor. Na medida em que essa “certeza divinatória” depende deste elemento da familiaridade, e sendo a familiaridade algo de dinâmico — evoluindo em função do conhecimento que se tem do autor, de suas obras, de sua vida —, também essa “certeza divinatória” estaria sujeita a uma igual evolução. O seguinte trecho poderia ser utilizado para fundamentar essa tentativa de solução da contradição:

Completude do particular, porém, jamais é de se esperar; logo, a tarefa é um infinito. Como pode ser restituída a completude? E mesmo que se a tivesse, qual seria a garantia para a justeza da concepção da unidade interna? A fiança não poderia ser outra vez uma regra metódica, mas apenas o sentimento; e de novo este sentimento deve também restituir a completude. (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 76, grifei).

Também aqui a contradição subsiste. Se aceitarmos que essa certeza depende da familiaridade e que, portanto, está sempre sujeita a uma evolução (em função da evolução da familiaridade com o autor), então não se poderia nunca falar em “compreensão completa” e toda compreensão seria sempre provisória. E se tentarmos vincular a completude da compreensão ao surgimento da certeza no intérprete, então não poderíamos nunca falar em

um estágio provisório da compreensão, estágio em que a certeza ainda não se consolidou, já que enquanto não se der a certeza não se daria, também, qualquer compreensão. O surgimento da certeza no intérprete, portanto, também não pode servir como critério para o juízo de completude ou provisoriedade da compreensão.

Concluimos, assim, que não é meramente aparente, mas real, a contradição entre a provisoriedade e a completude da compreensão no texto de Schleiermacher, sendo impossível uma conciliação entre essas duas ideias a partir dos elementos do próprio texto.

GADAMER E A RELEVÂNCIA DOS PRECONCEITOS

Os objetivos de Schleiermacher e Gadamer¹³ são distintos. Como vimos, Schleiermacher, influenciado por sua época, procura elaborar um método “científico” a ser seguido pelo intérprete. Já Gadamer, influenciado pelo pensamento de Heidegger quanto ao *compreender* como um existencial fundamental do *Dasein* (HEIDEGGER, 2006, p. 202), abandona completamente a exposição da hermenêutica como método e passa a explorar as condições de possibilidade de toda compreensão. Seu interesse é estritamente filosófico e desprovido de qualquer pretensão de ditar regras que devem ser seguidas para uma melhor compreensão. Trata-se, portanto, de uma reflexão mais fundamental, “anterior” a toda e qualquer questão referente método. Ele procura, antes, descrever como ocorre a própria compreensão e o que significa compreender. Nesse sentido, sua investigação está voltada para o todo da existência humana no mundo (GADAMER, 2008, p. 16). Para evidenciar essa diferença de objetivos, Gadamer faz uma distinção entre a **hermenêutica clássica**, aquela em que se moveu Schleiermacher e outros, e a **hermenêutica filosófica** — que posteriormente ele irá denominar **filosofia hermenêutica** (GADAMER, 2009, p. 215) —, aquela a que ele próprio dá desenvolvimento na esteira do pensamento de Heidegger.

[...] sua tarefa [da Hermenêutica] não é desenvolver um procedimento compreensivo mas esclarecer as condições sob as quais surge compreensão. Nem todas essas condições possuem o modo de ser de um “procedimento” ou de um método, de modo que quem as compreendesse poderia aplicá-las por si mesmo; essas condições devem estar dadas. (GADAMER, 2008, p. 391).

13 Hans-Georg Gadamer (1900-2002).

Um dos fundamentos do pensamento de Gadamer é sua teoria a respeito dos preconceitos. Tome-se aqui o termo “preconceito” não em sentido negativo, mas em sentido literal: “(pré)conceito” ou “(pré)juízo”. Após uma análise da crítica elaborada pelo *Iluminismo* aos preconceitos, Gadamer dará a eles (preconceitos) um sentido positivo e, no que se refere à compreensão, um sentido produtivo.

A reflexão hermenêutica teve que elaborar assim uma teoria dos preconceitos que, sem menosprezar o sentido de crítica de todos os preconceitos que ameaçam o conhecimento, faz justiça ao sentido produtivo da compreensão prévia, que é premissa de toda compreensão. (GADAMER, 2010, p. 505 [434]).

A crítica aos preconceitos desenvolvida pelo *Iluminismo* se dirigia à prática de se tomar como verdadeiro aquilo que era usualmente aceito como verdadeiro, sem qualquer reflexão sobre os fundamentos dessa veracidade. Em qualquer análise puramente racional, portanto, deveria haver uma crítica a tudo aquilo que, sem qualquer fundamentação, se tomasse por verdadeiro. O objetivo dessa crítica seria evitar que preconceitos não fundamentados interferissem na sequência de inferências racionais. Os preconceitos seriam, então, abolidos da argumentação racional, sendo substituídos por uma explicitação das premissas que sustentariam sua verdade (GADAMER, 2008, p. 362 [277]). Portanto, num eventual conflito entre a tradição que sustentasse os preconceitos e a própria razão reflexiva, a palavra final seria dada sempre pela última.

A reabilitação dos preconceitos elaborada por Gadamer, todavia, não se refere, obviamente, ao mero abandono da crítica racional que a eles se dirige. Gadamer se pergunta se a existência humana não estaria sempre, e sob todos os aspectos, limitada de muitas maneiras (GADAMER, 2008, p. 367 [280]). Se é assim, a razão não está numa posição de absoluto poder frente aos preconceitos, eliminando-os completamente com uma possibilidade de infinita substituição daquilo que se tem por verdadeiro pelas premissas que o fundamentam. E não se trata, tampouco, de uma questão estritamente epistemológica, mas também histórica. Estamos inseridos em uma tradição da qual não podemos escapar completamente. A reflexão racional sempre se dá baseada em sua própria tradição, confirmando-a ou reformando-a, mas tendo ela própria (a tradição) como parâmetro (GADAMER, 2008, p. 373-374 [286]).

Dando seguimento às análises de Heidegger quanto ao *círculo hermenêutico*, Gadamer explicita que **toda** compreensão **necessita** de uma articulação prévia de conceitos já estabelecidos (adquiridos; ou “aceitos”) pelo intérprete, pela “concepção prévia da pré-compreensão” (GADAMER, 2008, p. 388 [298]). A compreensão não se dá por uma mera assimilação de conceitos, mas por um “jogo”, em que o que já sabemos desempenha um papel fundamental.

Toda compreensão do que é significativo pressupõe que articulemos conjuntamente um uso desses preconceitos. Heidegger caracterizou esse estado de coisas como círculo hermenêutico: compreendemos somente o que já sabemos; ouvimos somente o que colocamos na leitura. (GADAMER, 2010, p. 46 [34]).

Nesse “jogo”, a compreensão se dá sempre após um esforço do intérprete de se projetar um sentido a partir do que ele já tem por compreendido. Quando esse sentido projetado não se concretiza em relação ao texto, o intérprete ajusta o sentido que previamente projetou, tentando uma adequação ao texto. Gadamer dará a essa estrutura a denominação de “concepção prévia da perfeição”. O intérprete sempre pressupõe que existe algo de perfeito e acabado a ser compreendido. Somente quando essa perfeição não é alcançada, é que o intérprete tentará complementá-la. Mas tanto a expectativa de sentido projetada pelo intérprete, quanto seu esforço de suprir a carência do que não alcançou a perfeita compreensão dependem dos preconceitos do intérprete; daquilo que ele conhece. Vê-se, portanto, que os preconceitos desempenham um papel contínuo nesse processo circular: na projeção/complementação do sentido perfeito que se pressupõe (GADAMER, 2008, p. 356 [271] e 389 [299]).

O problema, então, sofreria um deslocamento. Já não se trataria mais de uma crítica aos preconceitos com o objetivo de os eliminar; de os suprimir completamente da argumentação; ou de afastar uma influência supostamente negativa deles para a interpretação. Tratar-se-ia, isto sim, da identificação — certamente ainda uma crítica — dos preconceitos “úteis” ou “produtivos”, assim entendidos aqueles preconceitos que facilitam uma compreensão, em oposição àqueles preconceitos que dificultam a compreensão. Dado, então, um texto ao intérprete, este contaria com preconceitos que nunca poderiam ser desprezados, mas que poderiam fazer ou não a compreensão “fluir”.

Se quisermos fazer justiça ao modo de ser finito e histórico do homem, é necessário levar a cabo uma reabilitação radical do conceito do preconceito e reconhecer que existem preconceitos legítimos. (GADAMER, 2008, p. 368 [281], grifei).

[...] a verdadeira questão crítica da hermenêutica, ou seja distinguir os *verdadeiros* preconceitos, sob os quais *compreendemos*, dos *falsos* preconceitos que produzem os *mal-entendidos*. (GADAMER, 2008, p. 395 [304], destaques do autor).

A relevância dos preconceitos para a interpretação terá uma consequência decisiva para a crítica que Gadamer dirigirá a Schleiermacher no que se refere à busca pela intenção original do autor do texto.

A CRÍTICA DE GADAMER À TENTATIVA DE DESCOBERTA DA INTENÇÃO DO AUTOR

Das críticas de Gadamer à Schleiermacher, gostaríamos de começar pela que se refere à universalidade da hermenêutica — universalidade no sentido exposto pelo próprio Schleiermacher, e que denominamos universalidade **material** e **formal** (cf. p. 7).

Embora Schleiermacher tenha expandido o âmbito de aplicação da hermenêutica para qualquer tipo de texto e para qualquer forma (falada, escrita, etc.) em que uma cadeia de pensamentos seja expressa, sua teoria reduziria os textos a “puros fenômenos de expressão” (GADAMER, 2008, p. 269 [200]). O próprio objetivo principal da hermenêutica, para Schleiermacher, seria reconstruir o pensamento original do autor, pensamento que veio a ser expresso textualmente. Expusemos essa característica de Schleiermacher pela oposição que fizemos entre o **pensamento** e sua **expressão textual**.

Gadamer apontará, então, uma limitação à universalidade pretendida por Schleiermacher. É que a hermenêutica ficaria restrita, então, àqueles autores dos quais se tem conhecimento; aqueles com os quais se pode pretender ter uma familiaridade, em função do conhecimento de suas obras¹⁴.

Por mais universal que fosse a hermenêutica desenvolvida por Schleiermacher, sua universalidade deixava entrever um limite muito preciso. Na verdade, sua hermenêutica tinha em mente textos de autoridade estabelecida. (GADAMER, 2008, p. 269 [200]).

¹⁴ A crítica de Gadamer à Schleiermacher quanto ao aspecto universal da hermenêutica vai muito além do que aqui se expõe. O aspecto universal da hermenêutica apresentado por Gadamer refere-se ao caráter de linguagem de toda compreensão, caracterizado pela célebre frase “o ser que se pode compreender é linguagem” (GADAMER, 2008, p. 612 [478]).

Embora seja bastante razoável que o objetivo de Schleiermacher seja de fato esse — os textos de autoridade estabelecida —, não nos parece que a teoria hermenêutica exposta por Schleiermacher esteja reduzida assim como a apresenta Gadamer. Tomemos uma conversa informal. É plausível que parte do que se compreende decorre sim da familiaridade que se tem com o interlocutor da conversa, ainda que ele não se apresente com qualquer autoridade especial. E o próprio Schleiermacher esclarece — embora não como uma antecipação a uma crítica desta natureza — que os métodos comparativos e divinatórios são complementares, podendo sua aplicação, inclusive, variar de intensidade (ou predominância) em função do texto que está sendo interpretado. Além disso, Schleiermacher também destaca a dualidade entre os lados gramatical e psicológico de todo texto. Pretender que a hermenêutica esteja restrita aos textos de autoridade estabelecida é deixar de lado o próprio lado gramatical do texto, como se o essencial estivesse restrito ao lado psicológico. Mas embora Schleiermacher chame a atenção para esse lado psicológico, ele não reduz a hermenêutica a esse ponto. Será que podemos fazer essa interpretação dos objetivos de Schleiermacher? Será que ele, de fato, está tratando apenas de textos de autores conhecidos? Certamente não. Schleiermacher reconhece a hermenêutica como uma “parte muito essencial da vida das gentes” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 33) e a importância da “vida em comum” para a formação dos pensamentos (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 34). A relevância que Schleiermacher dá ao lado psicológico, portanto, é melhor caracterizada se reconhecermos que se trata de aplicar à interpretação de textos aquilo que fazemos ordinariamente em todo processo de compreensão. Podemos imaginar Schleiermacher ditando-nos o seguinte preceito: vejamos como é que se dá a compreensão em nosso dia a dia e apliquemo-la, exatamente da mesma forma, aos textos. E no dia a dia, certo é que consideramos esses elementos da vida em comum e a familiaridade com o interlocutor. É claro que Schleiermacher não está expressamente investigando as condições sob as quais se dá a compreensão, mas, implicitamente, ele está investigando isso também. Essa crítica de Gadamer à Schleiermacher, então, que sua universalidade está restrita aos textos de autoridades estabelecidas, parece-nos totalmente improcedente, na medida em que desconsidera os fundamentos apresentados por Schleiermacher para sustentar a relevância do lado psicológico da interpretação.

Mas retomemos a busca pela intenção do autor como um pressuposto da teoria de Schleiermacher (cf. p. 13). O próprio método divinatório aplicado ao lado psicológico,

baseado na familiaridade do intérprete com o autor, trás implícita essa pressuposição, na medida em que postula uma eventual capacidade do intérprete de “adivinhar” — com precisão — aquilo que o autor “tinha em mente”, ainda que exposto com alguma obscuridade.

Para ele [Schleiermacher], o ato de compreensão é a realização reconstrutiva de uma produção. Tem que nos tornar conscientes de algumas coisas que ao produtor original podem ter ficado inconscientes. (GADAMER, 2008, p. 263 [196]).

Já vimos que, para Gadamer, o pressuposto da busca pela intenção do autor transforma o texto em “puros fenômenos de expressão” (GADAMER, 2008, p. 269 [200]). O texto seria, então, meramente uma codificação do pensamento do seu autor. E mais ainda. O procedimento hermenêutico estaria reduzido a essa reconstrução de um pensamento subjetivo a partir de uma codificação (o texto). A eventual verdade ou falsidade do texto, portanto, seria completamente indiferente para a interpretação.

A fórmula de Schleiermacher, tal como ele a entende, não inclui mais a própria coisa de que se está falando, mas considera a expressão que representa um texto, abstraindo de seu conteúdo de conhecimento, como uma produção livre [...] A linguagem é um campo de expressão e sua primazia no campo da hermenêutica significa, para Schleiermacher, que ele, como intérprete, considera os textos como puros fenômenos de expressão, à margem de sua pretensão de verdade (GADAMER, 2008, p. 269 [200]).

Já explicitamos anteriormente a oposição entre **pensamento** e sua **expressão textual** (cf. p. 10). Podemos reconhecer que a teoria hermenêutica de Schleiermacher está baseada nessa oposição. As dificuldades que caberia à hermenêutica solucionar estariam justamente relacionadas a esta passagem entre o **pensamento** e a sua **expressão textual**, quando esta não transmite aquele de forma cristalina. E a tarefa da hermenêutica seria precisamente permitir a reconstrução daquele pensamento com base nesta expressão. A crítica de Gadamer, aqui, dirige-se a essa caracterização da hermenêutica que desconsidera qualquer elemento da realidade. A hermenêutica estaria restrita a esse caminho inverso que parte da expressão textual em direção ao pensamento do autor. O objeto da compreensão, portanto, não seria a expressão textual, um “pensamento comum sobre o conteúdo”, mas o pensamento de alguém, o “pensamento individual” (GADAMER, 2008, p. 258-259 [192]). Segundo Gadamer, isso seria dar à hermenêutica uma estrutura estética: a mesma arte que permitiu a passagem do pensamento para a expressão textual seria necessária para trilhar o caminho inverso de reconstrução do pensamento. O mesmo gênio que produziu o texto seria necessário para a compreensão do pensamento. Daí a importância daquele

elemento da cogencialidade (cf. p. 12) que Gadamer identifica na teoria de Schleiermacher. Ainda que o autor tenha pensado algo inconscientemente e expresso esse pensamento de forma obscura, ao intérprete familiarizado com o autor (cogencialidade) seria possível, não só recompor esses pensamentos, mas também fazê-lo de forma consciente, o que caracterizaria aquele ato de compreender o autor melhor do que ele próprio se compreendeu. E para isso seria fundamentalmente necessária a utilização daquele método que Schleiermacher chamou de divinatório. Nesta caracterização da hermenêutica, a compreensão seria, de fato, uma adivinhação cogencial do pensamento do autor com total independência da verdade expressa pelo texto interpretado (GADAMER, 2008, p. 260-261 [193]).

Para explicitar o que neste trabalho é a crítica essencial de Gadamer à Schleiermacher, recuperemos, aqui, a questão dos preconceitos, entendidos não como meros conceitos, mas como “(prê)conceitos” ou “(prê)juízos”. Se nesta acepção a que nos estamos referindo, os preconceitos não podem nunca ser abandonados num procedimento hermenêutico, pois a compreensão se dá a partir deles e da nossa expectativa de sentido, então aquilo que tomamos por verdadeiro — permitam-me explicitar: os (prê)juízos — interferem de forma inequívoca na interpretação do texto. Gadamer explicita que a compreensão do texto não se dá em direção ao pensamento original do autor, mas num “jogo” entre a expectativa de sentido que projetamos para o texto e a perfeição deste sentido que podemos apreender a partir do texto (GADAMER, 2008, p. 389 [299]). Uma frustração em alcançar essa perfeição é corrigida por uma rearticulação dos preconceitos, e em alguns casos, até mesmo abrindo-se mão de alguns deles. Vale dizer: a questão da “verdade” do texto interpretado importaria fundamentalmente para a compreensão, que em nada se referiria a um procedimento de reconstrução de um pensamento subjetivo do autor. A compreensão de um texto dar-se-ia sempre pelo cotejamento entre aquilo que temos por verdadeiro e aquilo que o texto pretende que tenhamos por verdadeiro.

Na medida em que agora já não se tem em mente a individualidade e sua opinião mas a verdade da coisa, um texto não é compreendido como mera expressão de vida, mas é levado a sério na sua pretensão de verdade. (GADAMER, 2008, p. 393 [302]).

A relevância dos preconceitos e da pretensão de verdade do próprio texto põem por terra a pressuposição da busca pela intenção do autor. A conclusão a que chega Gadamer é que a intenção do autor em nada interfere para a compreensão de um texto. Interpreta-se um

texto apenas com o próprio texto e com tudo mais que o intérprete tem por verdadeiro, aí incluídos seus preconceitos e todo o seu conhecimento sobre o autor do texto, da época em que foi produzido, etc. A relação do intérprete, portanto, sempre se dá com o próprio texto e nunca com o pensamento do autor.

Como se apresenta a seu intérprete, o verdadeiro sentido de um texto não depende do aspecto puramente ocasional representado pelo autor e seu público originário. [...] O sentido de um texto supera seu autor não ocasionalmente, mas sempre. Por isso a compreensão nunca é um comportamento meramente reprodutivo, mas também e sempre produtivo. (GADAMER, 2008, p. 392 [301]).

Outra consequência da teoria de Gadamer é que a interpretação de um texto varia conforme a época, sem que isso possa ser assumido como uma inconveniência. Cada época é dominada por determinados preconceitos, que todos carregam (ou a grande maioria o faz). Ora, se a interpretação de um texto é afetada pelos preconceitos, e estes podem variar em função do tempo, então também a interpretação apresentará essa variação ao longo do tempo.

Cada época deve compreender a seu modo um texto transmitido, pois o texto forma parte do todo da tradição na qual cada época tem um interesse objetivo e onde também ela procura compreender a si mesma. (GADAMER, 2008, p. 392 [301]).

Essa variabilidade da compreensão em função do tempo, entretanto, não significa um relativismo. Não há que se falar simplesmente em várias interpretações corretas a depender do intérprete. É que essa variação não se dá em função das pessoas, mas em função do tempo; mais especificamente em função da variação dos preconceitos dominantes em função do tempo. Assim, uma interpretação correta sempre prevalecerá em determinada época, sendo sustentada justamente pelos preconceitos que prevalecem naquela época (GADAMER, 2008, p. 511 [398]).

Mas será que a crítica de Gadamer ao pressuposto de busca da intenção do autor não estaria restrita aos textos escritos, não valendo, portanto, para as “conversas significativas” a que Schleiermacher se refere? Será que, numa conversação, a intenção do interlocutor não deveria de alguma forma ser recuperada? Não vemos dificuldades em aplicarmos a teoria de Gadamer também às conversações. A diferença, aqui, é que o relacionamento do intérprete não se daria com um texto escrito, mas com a mesma **expressão textual**, que não estaria fixada por escrito, mas verbalizada oralmente. O contato do intérprete, nos dois casos, sempre se dá com a **expressão textual**; nunca diretamente com o **pensamento**. Portanto, toda aquela descrição do processo de compreensão fundada nos

preconceitos e na expectativa de sentido formulada pelo intérprete se aplica, também, aos casos das conversações informais. Só que aqui não surge o fenômeno da possibilidade de variação da interpretação ao longo do tempo, precisamente porque a expressão textual não é fixada materialmente de nenhum modo, mas se dá apenas durante o curto período da conversação e acaba por se diluir na memória dos interlocutores.

A crítica de Gadamer, todavia, não nos parece suficiente para eliminar a busca da intenção do autor de toda a teoria sobre hermenêutica. É inegável que há a distinção entre **pensamento** e sua **expressão textual**. E é inegável, também, que sempre se dá esse passo que leva do **pensamento** à sua **expressão textual**. Será que o que ocorre entre o pensamento e sua expressão textual é assim tão diferente do que ocorre durante o processo de compreensão? Será que as mesmas condições que permitem a compreensão também não devem estar dadas para qualquer expressão do pensamento? Será que os preconceitos do autor não são tão igualmente fundamentais para a **expressão textual** do seu **pensamento** quanto são fundamentais os preconceitos do intérprete para a compreensão dessa mesma expressão textual?

Vimos que os objetivos de Schleiermacher e de Gadamer eram distintos. Podemos perceber no texto de Schleiermacher um caráter mais normativo do que descritivo, um conjunto de regras a serem seguidas pelo intérprete, ainda que essas regras não estejam restritas aos elementos estritamente gramaticais. O texto de Gadamer, por outro lado, apresenta um caráter mais descritivo do que normativo. Gadamer não prescreve que os preconceitos do intérprete devem ser levados em consideração para que se possa compreender melhor um texto, mas simplesmente que os preconceitos são sempre considerados, independentemente das opções do intérprete. Já Schleiermacher prescreve que o lado psicológico e os elementos da própria vida do autor devem ser sempre considerados para se alcançar uma melhor compreensão do texto. Será que não poderíamos fazer uma leitura das prescrições de Schleiermacher à luz da descrição de Gadamer? Se Gadamer está certo em sustentar que compreendemos com aquilo que já conhecemos, não poderíamos interpretar as prescrições de Schleiermacher como indicações do que deve ser conhecido para uma melhor compreensão?

Tomemos, por exemplo, todas as questões relacionadas ao lado psicológico e à familiaridade do intérprete com o autor: o conhecimento da vida do autor e do momento em que se deu a produção da obra interpretada; até mesmo a cogenialidade, entendida como esse elemento psicológico compartilhado por autor e intérprete e que permitiria a reconstrução do processo de formação das ideias do autor. Será que não poderíamos considerar tudo isso como aquilo que faz parte do conhecimento do intérprete — (pré)conceitos; (pré)juízos — e que é fundamental para o processo de compreensão? É claro que não poderíamos falar em preconceitos compartilhados por autor e intérprete, principalmente se há distância temporal entre eles. Não é isso do que aqui se trata. Estamos, antes, considerando que alguns preconceitos do intérprete podem sim ser considerados como se fossem aqueles elementos que, na teoria de Schleiermacher, são tidos por elementos que caracterizariam a cogenialidade.

Se nos for permitida essa articulação entre as teorias de Schleiermacher e Gadamer, então a busca pela intenção original do autor pode ser justificadamente reintroduzida no discurso sobre compreensão de textos, mas não sob a caracterização de que o intérprete penetre “tanto quanto possível na inteira disposição do autor”. Tratar-se-ia, antes, de uma mera concretização de um procedimento hermenêutico, de uma concreção da compreensão. Sabemos da distinção que há entre “dizer” e “querer dizer”. Alguém pode pretender dizer algo, no âmbito do **pensamento**, mas acabar efetivamente dizendo algo completamente diferente, no âmbito da **expressão textual**. A busca pela intenção original do autor, nesta nossa tentativa de articulação entre Schleiermacher e Gadamer, não estaria referida ao **pensamento** do autor — àquilo que ele de fato pretendia dizer —, mas a *que o autor poderia pretender dizer* ao efetivamente dizer o que disse. Neste caso, a relação imediata do intérprete continuaria restrita à própria **expressão textual** (ao próprio texto) e a busca pela intenção do autor poderia ser admitida como *mera* caracterização da compreensão, mas sem qualquer referência ao pensamento real do autor.

CONCLUSÃO

De nossas análises, pudemos concluir que de fato Schleiermacher pressupõe que o objetivo do procedimento hermenêutico é a recuperação da intenção original do autor do texto. O próprio método divinatório parece ser uma clara demonstração dessa pressuposição. A teoria dos preconceitos de Gadamer, por outro lado, pareceu-nos bem estruturada, principalmente em sua exposição de que há um diálogo entre o texto e o intérprete, na medida em que o texto tem uma pretensão de verdade que sempre faz oposição àquilo que o intérprete tem por verdadeiro.

Essa procedência se confirma, ainda, com outros dois argumentos. Primeiramente, não parece ser possível que alguém possa confirmar, com segurança, o conteúdo dos pensamentos de outra pessoa. Sabemos que a relação entre as consciências se dá sempre através de alguma mediação, sendo impossível essa vinculação imediata e completamente aderente entre as consciências das pessoas. Em segundo lugar, é razoável fazermos a distinção entre “querer dizer” e “dizer”. Nem sempre o que se pretende dizer é o que de fato é dito. Mas a compreensão nunca se dirige ao que o autor de fato pretendia dizer, ao seu **pensamento**, mas apenas ao que foi efetivamente dito, sua **expressão textual**. Mesmo que um procedimento hermenêutico retire de uma expressão mais do que efetivamente foi expresso, esse excesso se dá a partir do que foi expresso, independentemente da real intenção de quem se expressou. Não há, então, nenhuma relação hermenêutica imediata entre intérprete e autor, mas apenas relação entre o intérprete e o que foi expresso, ainda que oralmente.

Entretanto, embora a crítica de Gadamer deixe clara essa distinção entre pensamento e expressão textual, distinção que não é feita por Schleiermacher, podemos dar à busca pela intenção do autor uma nova caracterização, desvinculada do pensamento. Se considerarmos que o processo de compreensão parte de uma expressão textual do pensamento em direção a uma perfeição de sentido que esteja bem articulada com os preconceitos do intérprete, podemos caracterizar essa busca pela intenção do autor exatamente como esse mesmo procedimento, porém em direção a um possível pensamento (não àquele do autor) que poderia ser expresso exatamente por aquela mesma expressão textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Nova revisão da tradução por Enio Paulo Giachini. 631 p. (Pensamento Humano). ISBN 978-85-326-1787-3.

_____. **Verdade e método II**: Complementos e índices. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Tradução de Enio Paulo Giachini. Revisão da tradução de Marcia Sá Cavalcante-Schuback. 621 p. (Pensamento Humano). ISBN 978-85-326-2710-0.

_____. **Hermenêutica em retrospectiva**. Petrópolis: Vozes, 2009. Volume único. Tradução de Marco Antônio Casanova. 479p. (Textos Filosóficos) ISBN 978-85-326-3834-2.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2006. Tradução revisada e apresentação de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 598p. (Pensamento Humano). ISBN 85.326.3284-X.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 681p. (Textos Clássicos). ISBN 978-972-31-0823-7

SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Hermenêutica**: arte e técnica da interpretação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Tradução e apresentação Celso Reni Braidá. 102p. (Pensamento Humano). ISBN 978-85-326-2188-7.